



CÓD: OP-0800T-23
7908403543991

VISCONDE DO RIO BRANCO-MG
PREFEITURA MUNICIPAL DE VISCONDE DO RIO BRANCO -
MINAS GERAIS

Auxiliar Administrativo

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO N.º 001/2023

Conhecimentos de Informática

1. Introdução à Informática: Introdução aos conceitos básicos de informática.	5
2. Evolução histórica da computação. Tipos e gerações de computadores.	5
3. Sistemas de numeração.	9
4. Sistemas Operacionais: Conceitos básicos sobre sistemas operacionais. Principais sistemas operacionais: Windows. Gerenciamento de arquivos e pastas. Configurações do sistema.	18
5. Microsoft Office - Microsoft Word: Criação e edição de documentos. Formatação de texto e parágrafos. Inserção de tabelas, imagens e gráficos. Microsoft Excel: Criação de planilhas. Fórmulas e funções básicas. Formatação de células e gráficos. Microsoft PowerPoint: Criação e edição de apresentações. Inserção de elementos gráficos. Transições e animações.	26
6. Internet e Navegadores: História e conceitos básicos da internet. Navegadores (browsers) mais utilizados. Navegação e pesquisa na web. E-mail e suas funcionalidades.	31
7. Segurança da Informação: Conceitos básicos de segurança da informação. Malwares e antivírus. Proteção de dados e privacidade. Phishing e segurança online.	38
8. Redes de Computadores: Conceitos básicos de redes de computadores. Tipos de redes: LAN, WAN, WLAN. Protocolos e endereçamento IP. Conexões e dispositivos de rede. Ferramentas e Aplicativos Diversos: Ferramentas de busca na internet.	39
9. Redes Sociais.	39
10. Aplicativos de mensagens. Aplicativos de videoconferência.	41
11. Cloud Computing: Conceitos básicos de Cloud Computing. Serviços em nuvem: armazenamento, colaboração. Vantagens e desvantagens da computação em nuvem.	50
12. Noções de Hardware: Componentes de um computador: CPU, memória, dispositivos de armazenamento. Periféricos de entrada e saída. Impressoras e scanners.	50

Língua Portuguesa

1. Leitura e compreensão de textos narrativos, descritivos e dissertativos;	53
2. Elementos gerais do texto: título, tema, ideia principal, ideias secundárias, vocabulário, parágrafos e versos;	53
3. Elementos do texto narrativo: narrador, personagens, ação, tempo, espaço e foco narrativo;	54
4. Elementos do texto descritivo: seres, objetos, fatos e fenômenos; Elementos do texto dissertativo: ponto-de-vista, argumentação e relações de sentido; Gêneros textuais e funções comunicativas: textos técnicos, científicos, didáticos, publicitários e literários;	55
5. Estudo de palavras: ortografia e acentuação gráfica;	56
6. Sinônimos, antônimos, homônimos, parônimos, sentido literal e sentido figurado;	57
7. Emprego dos sinais de pontuação;	58
8. Morfologia: identificação, classificação e emprego de substantivos, adjetivos, artigos, verbos, pronomes, numerais, conjunções, preposições, advérbios e interjeições;	62
9. Sintaxe: identificação, classificação e emprego dos termos essenciais, integrantes e acessórios da oração; Identificação, classificação e emprego de orações coordenadas e subordinadas (adverbiais, substantivas e adjetivas);	69
10. Concordância verbal e nominal;	74
11. Regência verbal e nominal;	76
12. Ocorrências de crase;	77
13. Colocação pronominal.	77

Raciocínio Lógico

1. Processos que envolvem raciocínio concreto e abstrato;	83
2. Resolução de problemas lógicos que envolvem letras e números;	86
3. Percepção de elementos em figuras planas e espaciais;	88
4. Procedimentos que envolvem memória, percepção, atenção e concentração;	99
5. Análise e interpretação de figuras, desenhos e sequências lógicas;	104
6. Aplicação de raciocínio lógico em situações-problema da realidade.	105

Noções Gerais em Administração Pública

1. Legislação Municipal (Lei Orgânica do Município de Visconde do Rio Branco e Lei Complementar Nº 036/2014 - Dispõe sobre o Estatuto do Servidor Público do Município de Visconde do Rio Branco e suas alterações).....	107
2. Atualidades . Notícias Locais	144
3. O Mundo ao Nosso Redor: Países e Capitais: identificação no mapa-múndi.....	144
4. Continentes e Oceanos: reconhecimento e localização.....	154
5. Meio Ambiente: Reciclagem e Cuidado com o Lixo.	156
6. Importância das Árvores e da Natureza.....	160
7. Pessoas Importantes: Líderes Mundiais: quem são e o que fazem.....	162
8. Pessoas que contribuem para a comunidade	163
9. Tecnologia e Inovação.....	164
10. Direitos Humanos e Justiça Social: Teoria dos direitos humanos.....	164
11. Justiça social, equidade e inclusão.	169
12. Direitos das minorias e grupos vulneráveis.	171
13. Geopolítica: Análise de questões geopolíticas globais. Geopolítica brasileira e sua inserção no cenário internacional	176
14. Ética e Política: Ética na vida pública e tomada de decisões políticas.....	181
15. Corrupção e transparência na gestão pública.	182
16. Eventos Esportivos.	183

CONHECIMENTOS DE INFORMÁTICA

INTRODUÇÃO À INFORMÁTICA: INTRODUÇÃO AOS CONCEITOS BÁSICOS DE INFORMÁTICA.

Hardware

Hardware refere-se a parte física do computador, isto é, são os dispositivos eletrônicos que necessitamos para usarmos o computador. Exemplos de hardware são: CPU, teclado, mouse, disco rígido, monitor, scanner, etc.

Software

Software, na verdade, são os programas usados para fazer tarefas e para fazer o hardware funcionar. As instruções de software são programadas em uma linguagem de computador, traduzidas em linguagem de máquina e executadas por computador.

O software pode ser categorizado em dois tipos:

- Software de sistema operacional
- Software de aplicativos em geral

• Software de sistema operacional

O software de sistema é o responsável pelo funcionamento do computador, é a plataforma de execução do usuário. Exemplos de software do sistema incluem sistemas operacionais como Windows, Linux, Unix, Solaris etc.

• Software de aplicação

O software de aplicação é aquele utilizado pelos usuários para execução de tarefas específicas. Exemplos de software de aplicativos incluem Microsoft Word, Excel, PowerPoint, Access, etc.

Para não esquecer:

HARDWARE	É a parte física do computador
SOFTWARE	São os programas no computador (de funcionamento e tarefas)

Periféricos

Periféricos são os dispositivos externos para serem utilizados no computador, ou mesmo para aprimora-lo nas suas funcionalidades. Os dispositivos podem ser essenciais, como o teclado, ou aqueles que podem melhorar a experiência do usuário e até mesmo melhorar o desempenho do computador, tais como design, qualidade de som, alto falantes, etc.

Tipos:

PERIFÉRICOS DE ENTRADA	Utilizados para a entrada de dados;
PERIFÉRICOS DE SAÍDA	Utilizados para saída/visualização de dados

• Periféricos de entrada mais comuns.

– O teclado é o dispositivo de entrada mais popular e é um item essencial. Hoje em dia temos vários tipos de teclados ergonômicos para ajudar na digitação e evitar problemas de saúde muscular;

– Na mesma categoria temos o scanner, que digitaliza dados para uso no computador;

– O mouse também é um dispositivo importante, pois com ele podemos apontar para um item desejado, facilitando o uso do computador.

• Periféricos de saída populares mais comuns

– Monitores, que mostra dados e informações ao usuário;

– Impressoras, que permite a impressão de dados para material físico;

– Alto-falantes, que permitem a saída de áudio do computador;

– Fones de ouvido.

Sistema Operacional

O software de sistema operacional é o responsável pelo funcionamento do computador. É a plataforma de execução do usuário. Exemplos de software do sistema incluem sistemas operacionais como Windows, Linux, Unix, Solaris etc.

• Aplicativos e Ferramentas

São softwares utilizados pelos usuários para execução de tarefas específicas. Exemplos: Microsoft Word, Excel, PowerPoint, Access, além de ferramentas construídas para fins específicos.

EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA COMPUTAÇÃO. TIPOS E GERAÇÕES DE COMPUTADORES.

INFORMATICA - HISTÓRICO

Os primeiros computadores, idealizados como máquinas de processamento de números, eram simplesmente máquinas de calcular, tudo era realizado fisicamente, a máquina não sabia o que fazer com o resultado, não recebiam instruções diferentes.

Charles Babbage (1792-1871) o “Pai do Computador” criou o projeto do engenho analítico ou “Calculador analítico” descrito pela primeira vez em 1837. Totalmente mecânico, possuía uma memória para armazenamento de dados que eram inseridos através de cartões perfurados que passavam as instruções necessárias para o aparelho.

Por volta de 1848, o matemático George Boole desenvolve a teoria da lógica simbólica. Consistia na ideia de se usar simples expressões algébricas para exprimir lógica, surgindo assim álgebra booleana que em termos numéricos tinha conjuntos de 0 e 1 ou um sistema binário.

Em 1938, C. E. Shannon aplicou esta álgebra para mostrar que as propriedades de circuitos elétricos de chaveamento podem ser representadas por uma álgebra booleana com dois valores.

Em 1890, William S. Burroughs desenvolveu uma máquina de adição e listagem também utilizando-se de cartões perfurados. O

mesmo princípio foi usado por Herman Hollerith para elaborar um sistema de processamento de dados para o governo americano, que diminuiu de 7 para 2 anos o processamento de dados em relação a 1880.

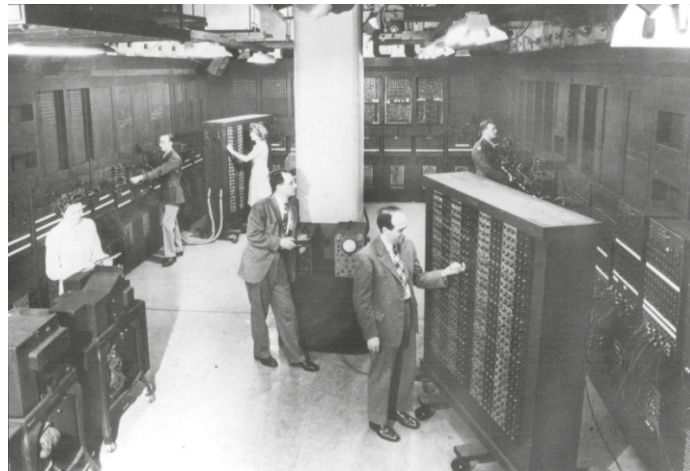
De origem puramente mecânica, o computador torna-se um sistema eletrônico somente a partir da década de 1940, com o emprego da válvula termiônica. Assim, para efeito técnico-histórico o seu desenvolvimento é analisado considerando-se os diversos estágios evolutivos, mais conhecidos como famílias ou gerações de computadores.

1ª Geração (1946-1954)

O Eniac foi o primeiro computador eletrônico, pesava 30 toneladas e ocupava 3 salas. Tinha a capacidade de registrar 20 números com 10 dígitos cada. Suas memórias eram cartões perfurados, sua linguagem era de máquina.

A primeira geração dos computadores é marcada pela utilização de válvulas. A válvula é um tubo de vidro, similar a uma lâmpada fechada sem ar em seu interior, ou seja, um ambiente fechado a vácuo, e contendo eletrodos, cuja finalidade é controlar o fluxo de elétrons. As válvulas aqueciam bastante e costumavam queimar com facilidade.

Na década de 50, as válvulas deram lugar (com a descoberta dos semicondutores), ao diodo e ao transistor, permitindo a redução de tamanho e diminuindo as falhas dos equipamentos.



ENIAC, representante da primeira geração dos computadores

Fonte: <http://producao.virtual.ufpb.br/books/camyle/introducao-a-computacao-livro/livro/livro.chunked/ch01s02.html>

Alan Turing - O pai da Ciência da Computação

Alan Mathison Turing foi um matemático, lógico, criptoanalista e cientista da computação britânico. Foi influente no desenvolvimento da ciência da computação e proporcionou uma formalização do conceito de algoritmo e computação com a máquina de Turing, desempenhando um papel importante na criação do computador moderno. Durante a Segunda Guerra Mundial, Turing trabalhou para a inteligência britânica em Bletchley Park, em um centro especializado em quebra de códigos¹.

Consagrou-se com a projeção de uma máquina que, de acordo com um sistema formal, pudesse fazer operações computacionais. Mostrou como um simples sistema automático poderia manipular símbolos de um sistema de regras próprias. A máquina teórica de Turing pode indicar que sistemas poderosos poderiam ser construídos.

Tornou possível o processamento de símbolos, ligando a abstração de sistemas cognitivos e a realidade concreta dos números. Isto é buscado até hoje por pesquisadores de sistemas com Inteligência Artificial (IA).

Para comprovar a inteligência artificial ou não de um computador, Turing desenvolveu um teste que consistia em um operador não poder diferenciar se as respostas a perguntas elaboradas pelo operador eram vindas ou não de um computador. Caso afirmativo, o computador poderia ser considerado como dotado de inteligência artificial. Sua máquina pode ser programada de tal modo que pode imitar qualquer sistema formal. A ideia de computabilidade começou a ser delineada.

A maior parte de seu trabalho foi desenvolvida na área de espionagem e, por isso, somente em 1975 veio a ser considerado o “pai da Ciência da Computação”.

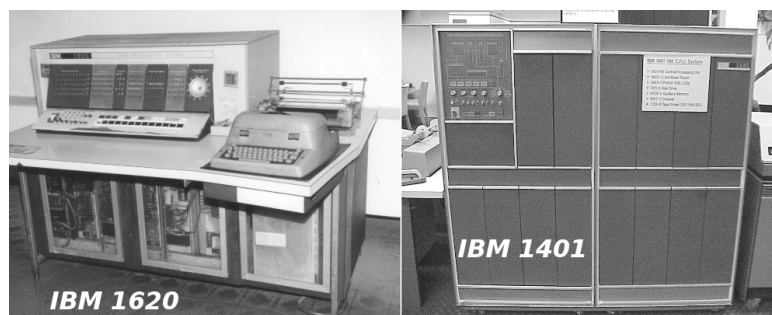
2ª Geração (1955-1964)

A segunda geração de computadores foi marcada pela substituição da válvula pelo transistor. O transistor revolucionou a eletrônica em geral e os computadores em especial. Eles eram muito menores do que as válvulas a vácuo e tinham outras vantagens: não exigiam tempo de pré-aquecimento, consumiam menos energia, geravam menos calor e eram mais rápidos e confiáveis. No final da década de 50, os transistores foram incorporados aos computadores.

Na segunda geração o conceito de Unidade Central de Procedimento (CPU), memória, linguagem de programação e entrada e saída foram desenvolvidos. O tamanho dos computadores diminuiu consideravelmente. Outro desenvolvimento importante foi a mudança da linguagem de máquina para a linguagem assembly, também conhecida como linguagem simbólica. A linguagem assembly possibilita a utilização de mnemônicos para representar as instruções de máquina.

¹ <http://producao.virtual.ufpb.br/books/camyle/introducao-a-computacao-livro/livro/livro.chunked/ch01s02.html>

Em seguida vieram as linguagens de alto nível, como, por exemplo, Fortran e Cobol. No mesmo período surgiu o armazenamento em disco, complementando os sistemas de fita magnética e possibilitando ao usuário acesso rápido aos dados desejados.



Computadores IBM da segunda geração.

Fonte: <http://producao.virtual.ufpb.br/books/camyle/introducao-a-computacao-livro/livro/livro.chunked/ch01s02.html>.

3ª Geração (1964-1971)

Nesta geração, o elemento mais significativo é o circuito integrado, surgido em 1964.

Em 1964 surge o circuito integrado, que era o encapsulamento de vários componentes numa pastilha de silicone ou plástico. A miniaturização abrangeu todos os circuitos do computador, tornando possível o surgimento dos minicomputadores.

Também conhecidos como microchips, eles eram construídos integrando um grande número de transistores, o que possibilitou a construção de equipamentos menores e mais baratos.

Surgiram as memórias de semicondutores e os discos magnéticos, assim como sistemas operacionais mais avançados.

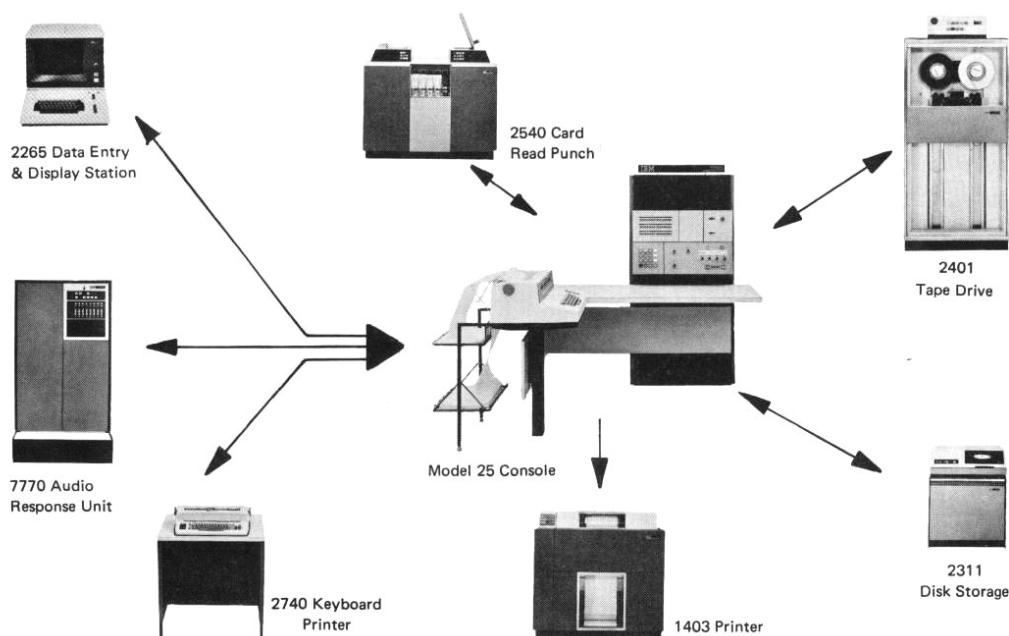
Didaticamente os circuitos integrados são categorizados de acordo com a quantidade de integração que eles possuem:

LSI (Large Scale Integration - 100 transistores): computadores da terceira geração.

VLSI (Very Large Scale Integration - 1.000 transistores): computadores da quarta geração.

ULSI (Ultra-Large Scale Integration - milhões de transistores): computadores da quinta geração.

Um computador que representa esta geração foi o IBM's System/360, voltado para o setor comercial e científico. Ele possuía uma arquitetura plugável, na qual o cliente poderia substituir as peças que dessem defeitos. Além disso, um conjunto de periféricos eram vendidos conforme a necessidade do cliente.



IBM Series 360

Arquitetura plugável da série 360 da IBM.

Fonte: <http://producao.virtual.ufpb.br/books/camyle/introducao-a-computacao-livro/livro/livro.chunked/ch01s02.html>.

LÍNGUA PORTUGUESA

LEITURA E COMPREENSÃO DE TEXTOS NARRATIVOS, DESCRITIVOS E DISSERTATIVOS;

Compreender e interpretar textos é essencial para que o objetivo de comunicação seja alcançado satisfatoriamente. Com isso, é importante saber diferenciar os dois conceitos. Vale lembrar que o texto pode ser verbal ou não-verbal, desde que tenha um sentido completo.

A **compreensão** se relaciona ao entendimento de um texto e de sua proposta comunicativa, decodificando a mensagem explícita. Só depois de compreender o texto que é possível fazer a sua interpretação.

A **interpretação** são as conclusões que chegamos a partir do conteúdo do texto, isto é, ela se encontra para além daquilo que está escrito ou mostrado. Assim, podemos dizer que a interpretação é subjetiva, contando com o conhecimento prévio e do repertório do leitor.

Dessa maneira, para compreender e interpretar bem um texto, é necessário fazer a decodificação de códigos linguísticos e/ou visuais, isto é, identificar figuras de linguagem, reconhecer o sentido de conjunções e preposições, por exemplo, bem como identificar expressões, gestos e cores quando se trata de imagens.

Dicas práticas

1. Faça um resumo (pode ser uma palavra, uma frase, um conceito) sobre o assunto e os argumentos apresentados em cada parágrafo, tentando traçar a linha de raciocínio do texto. Se possível, adicione também pensamentos e inferências próprias às anotações.
2. Tenha sempre um dicionário ou uma ferramenta de busca por perto, para poder procurar o significado de palavras desconhecidas.
3. Fique atento aos detalhes oferecidos pelo texto: dados, fonte de referências e datas.
4. Sublinhe as informações importantes, separando fatos de opiniões.
5. Perceba o enunciado das questões. De um modo geral, questões que esperam **compreensão do texto** aparecem com as seguintes expressões: *o autor afirma/sugere que...; segundo o texto...; de acordo com o autor...* Já as questões que esperam **interpretação do texto** aparecem com as seguintes expressões: *conclui-se do texto que...; o texto permite deduzir que...; qual é a intenção do autor quando afirma que...*

ELEMENTOS GERAIS DO TEXTO: TÍTULO, TEMA, IDEIA PRINCIPAL, IDEIAS SECUNDÁRIAS, VOCABULÁRIO, PARÁGRAFOS E VERSOS;

ESTRUTURAÇÃO DO TEXTO E DOS PARÁGRAFOS

Uma boa redação é dividida em ideias relacionadas entre si ajustadas a uma ideia central que norteia todo o pensamento do texto. Um dos maiores problemas nas redações é estruturar as ideias para fazer com que o leitor entenda o que foi dito no texto. Fazer uma estrutura no texto para poder guiar o seu pensamento e o do leitor.

Parágrafo

O parágrafo organizado em torno de uma ideia-núcleo, que é desenvolvida por ideias secundárias. O parágrafo pode ser formado por uma ou mais frases, sendo seu tamanho variável. No texto dissertativo-argumentativo, os parágrafos devem estar todos relacionados com a tese ou ideia principal do texto, geralmente apresentada na introdução.

Embora existam diferentes formas de organização de parágrafos, os textos dissertativo-argumentativos e alguns gêneros jornalísticos apresentam uma estrutura-padrão. Essa estrutura consiste em três partes: a ideia-núcleo, as ideias secundárias (que desenvolvem a ideia-núcleo) e a conclusão (que reafirma a ideia-básica). Em parágrafos curtos, é raro haver conclusão.

Introdução: faz uma rápida apresentação do assunto e já traz uma ideia da sua posição no texto, é normalmente aqui que você irá identificar qual o problema do texto, o porque ele está sendo escrito. Normalmente o tema e o problema são dados pela própria prova.

Desenvolvimento: elabora melhor o tema com argumentos e ideias que apoiem o seu posicionamento sobre o assunto. É possível usar argumentos de várias formas, desde dados estatísticos até citações de pessoas que tenham autoridade no assunto.

Conclusão: faz uma retomada breve de tudo que foi abordado e conclui o texto. Esta última parte pode ser feita de várias maneiras diferentes, é possível deixar o assunto ainda aberto criando uma pergunta reflexiva, ou concluir o assunto com as suas próprias conclusões a partir das ideias e argumentos do desenvolvimento.

Outro aspecto que merece especial atenção são os conectores. São responsáveis pela coesão do texto e tornam a leitura mais fluente, visando estabelecer um encadeamento lógico entre as ideias e servem de ligação entre o parágrafo, ou no interior do período, e o tópico que o antecede.

Saber usá-los com precisão, tanto no interior da frase, quanto ao passar de um enunciado para outro, é uma exigência também para a clareza do texto.

Sem os conectores (pronomes relativos, conjunções, advérbios, preposições, palavras denotativas) as ideias não fluem, muitas vezes o pensamento não se completa, e o texto torna-se obscuro, sem coerência.

Esta estrutura é uma das mais utilizadas em textos argumentativos, e por conta disso é mais fácil para os leitores.

Existem diversas formas de se estruturar cada etapa dessa estrutura de texto, entretanto, apenas segui-la já leva ao pensamento mais direto.

IDENTIFICANDO O TEMA DE UM TEXTO

O tema é a ideia principal do texto. É com base nessa ideia principal que o texto será desenvolvido. Para que você consiga identificar o tema de um texto, é necessário relacionar as diferentes informações de forma a construir o seu sentido global, ou seja, você precisa relacionar as múltiplas partes que compõem um todo significativo, que é o texto.

Em muitas situações, por exemplo, você foi estimulado a ler um texto por sentir-se atraído pela temática resumida no título. Pois o título cumpre uma função importante: antecipar informações sobre o assunto que será tratado no texto.

Em outras situações, você pode ter abandonado a leitura porque achou o título pouco atraente ou, ao contrário, sentiu-se atraído pelo título de um livro ou de um filme, por exemplo. É muito comum as pessoas se interessarem por temáticas diferentes, dependendo do sexo, da idade, escolaridade, profissão, preferências pessoais e experiência de mundo, entre outros fatores.

Mas, sobre que tema você gosta de ler? Esportes, namoro, sexualidade, tecnologia, ciências, jogos, novelas, moda, cuidados com o corpo? Perceba, portanto, que as temáticas são praticamente infinitas e saber reconhecer o tema de um texto é condição essencial para se tornar um leitor hábil. Vamos, então, começar nossos estudos?

Propomos, inicialmente, que você acompanhe um exercício bem simples, que, intuitivamente, todo leitor faz ao ler um texto: reconhecer o seu tema. Vamos ler o texto a seguir?

CACHORROS

Os zoólogos acreditam que o cachorro se originou de uma espécie de lobo que vivia na Ásia. Depois os cães se juntaram aos seres humanos e se espalharam por quase todo o mundo. Essa amizade começou há uns 12 mil anos, no tempo em que as pessoas precisavam caçar para se alimentar. Os cachorros perceberam que, se não atacassem os humanos, podiam ficar perto deles e comer a comida que sobrava. Já os homens descobriram que os cachorros podiam ajudar a caçar, a cuidar de rebanhos e a tomar conta da casa, além de serem ótimos companheiros. Um colaborava com o outro e a parceria deu certo.

Ao ler apenas o título “Cachorros”, você deduziu sobre o possível assunto abordado no texto. Embora você imagine que o texto vai falar sobre cães, você ainda não sabia exatamente o que ele falaria sobre cães. Repare que temos várias informações ao longo do texto: a hipótese dos zoólogos sobre a origem dos cães, a associação entre eles e os seres humanos, a disseminação dos cães pelo mundo, as vantagens da convivência entre cães e homens.

As informações que se relacionam com o tema chamamos de subtemas (ou ideias secundárias). Essas informações se integram, ou seja, todas elas caminham no sentido de estabelecer uma unida-

de de sentido. Portanto, pense: sobre o que exatamente esse texto fala? Qual seu assunto, qual seu tema? Certamente você chegou à conclusão de que o texto fala sobre a relação entre homens e cães. Se foi isso que você pensou, parabéns! Isso significa que você foi capaz de identificar o tema do texto!

Fonte: <https://portuguesrapido.com/tema-ideia-central-e-ideias-secundarias>

ELEMENTOS DO TEXTO NARRATIVO: NARRADOR, PERSONAGENS, AÇÃO, TEMPO, ESPAÇO E FOCO NARRATIVO;

A construção da narrativa é um processo complexo que envolve a articulação de diversos elementos, como a caracterização dos personagens, a relação de tempo e organização cronológica dos fatos, a caracterização do espaço e a identificação do tipo de narrador.

Caracterização dos personagens principais e secundários

Os personagens são os elementos mais importantes de uma narrativa. Eles são responsáveis por impulsionar a ação e gerar identificação com o leitor. Os personagens principais são aqueles que ocupam o centro da história e são responsáveis por resolver o conflito. Já os personagens secundários são aqueles que desempenham um papel de apoio aos personagens principais.

A caracterização dos personagens pode ser feita de diversas maneiras, como através da descrição física, da descrição psicológica, do diálogo e da ação. A descrição física fornece informações sobre a aparência dos personagens, enquanto a descrição psicológica fornece informações sobre suas características pessoais, seus pensamentos e sentimentos.

O diálogo permite que os personagens revelem suas personalidades e motivações, enquanto a ação permite que o leitor observe os comportamentos e as ações.

Relação de tempo e organização cronológica dos fatos

O tempo é outro elemento fundamental da narrativa. Ele pode ser cronológico, quando os eventos são apresentados na ordem em que ocorreram, ou não cronológico, quando os eventos são apresentados fora da ordem cronológica.

A organização cronológica dos fatos pode ser linear, quando os eventos são apresentados de forma sequencial, ou não linear, quando os eventos são apresentados de forma descontínua.

Caracterização do espaço

O espaço é o ambiente em que a narrativa se passa. Ele pode ser real ou imaginário.

A caracterização do espaço pode ser feita de diversas maneiras, como através da descrição física, da descrição psicológica e da ação.

A descrição física fornece informações sobre as características físicas do espaço, enquanto a descrição psicológica fornece informações sobre a atmosfera do espaço.

A ação permite que o leitor observe como os personagens interagem com o espaço.

Identificação dos tipos de narrador (observador e personagem)

O narrador é a voz que conta a história. Ele pode ser um observador, que apenas observa a história, ou um personagem, que está dentro da história.

O narrador observador é aquele que não participa da história. Ele conta a história de forma imparcial, fornecendo informações sobre os personagens, os eventos e o espaço.

O narrador personagem é aquele que participa da história. Ele conta a história de sua própria perspectiva, fornecendo informações sobre seus pensamentos, sentimentos e ações.

A construção da narrativa é um processo complexo que envolve a articulação de diversos elementos. A compreensão desses elementos é fundamental para a compreensão e interpretação de uma narrativa.

A seguir, são apresentados alguns exemplos de como esses elementos podem ser utilizados na construção de uma narrativa:

Caracterização dos personagens:

– **Descrição física:** uma narrativa que apresenta uma personagem como sendo alta, magra e de cabelos pretos está fornecendo informações sobre sua aparência física.

– **Descrição psicológica:** uma narrativa que apresenta uma personagem como sendo tímida e introvertida está fornecendo informações sobre sua personalidade.

– **Diálogo:** uma narrativa em que uma personagem diz “Eu estou com medo” está fornecendo informações sobre seus sentimentos.

– **Ação:** Uma narrativa em que uma personagem foge de um monstro está fornecendo informações sobre seu comportamento.

Relação de tempo e organização cronológica dos fatos:

– **Tempo cronológico:** uma narrativa que começa com a apresentação dos personagens e dos fatos e termina com a resolução do conflito está utilizando o tempo cronológico.

– **Tempo não cronológico:** uma narrativa que começa com a resolução do conflito e termina com a apresentação dos personagens e dos fatos está utilizando o tempo não cronológico.

Caracterização do espaço:

– **Descrição física:** uma narrativa que descreve uma floresta escura e densa está fornecendo informações sobre as características físicas do espaço.

– **Descrição psicológica:** uma narrativa que descreve uma cidade como sendo fria e hostil está fornecendo informações sobre a atmosfera do espaço.

– **Ação:** uma narrativa em que uma personagem se esconde em um armário está fornecendo informações sobre como os personagens interagem com o espaço.

Identificação dos tipos de narrador:

– **Narrador observador:** uma narrativa em que o narrador diz “A personagem entrou na sala” está utilizando um narrador observador.

– **Narrador personagem:** uma narrativa em que o narrador diz “Eu entrei na sala” está utilizando um narrador personagem.

ELEMENTOS DO TEXTO DESCRITIVO: SERES, OBJETOS, FATOS E FENÔMENOS; ELEMENTOS DO TEXTO DISSERTATIVO: PONTO-DE-VISTA, ARGUMENTAÇÃO E RELAÇÕES DE SENTIDO; GÊNEROS TEXTUAIS E FUNÇÕES COMUNICATIVAS: TEXTOS TÉCNICOS, CIENTÍFICOS, DIDÁTICOS, PUBLICITÁRIOS E LITERÁRIOS;

A partir da estrutura linguística, da função social e da finalidade de um texto, é possível identificar a qual tipo e gênero ele pertence. Antes, é preciso entender a diferença entre essas duas classificações.

Tipos textuais

A tipologia textual se classifica a partir da estrutura e da finalidade do texto, ou seja, está relacionada ao modo como o texto se apresenta. A partir de sua função, é possível estabelecer um padrão específico para se fazer a enunciação.

Veja, no quadro abaixo, os principais tipos e suas características:

TEXTO NARRATIVO	Apresenta um enredo, com ações e relações entre personagens, que ocorre em determinados espaço e tempo. É contado por um narrador, e se estrutura da seguinte maneira: apresentação > desenvolvimento > clímax > desfecho
TEXTO DISSERTATIVO-ARGUMENTATIVO	Tem o objetivo de defender determinado ponto de vista, persuadindo o leitor a partir do uso de argumentos sólidos. Sua estrutura comum é: introdução > desenvolvimento > conclusão.
TEXTO EXPOSITIVO	Procura expor ideias, sem a necessidade de defender algum ponto de vista. Para isso, usa-se comparações, informações, definições, conceitualizações etc. A estrutura segue a do texto dissertativo-argumentativo.
TEXTO DESCRITIVO	Expõe acontecimentos, lugares, pessoas, de modo que sua finalidade é descrever, ou seja, caracterizar algo ou alguém. Com isso, é um texto rico em adjetivos e em verbos de ligação.

RACIOCÍNIO LÓGICO

PROCESSOS QUE ENVOLVEM RACIOCÍNIO CONCRETO E ABSTRATO;

Raciocínio Concreto

O raciocínio concreto é o tipo de pensamento que se baseia em informações tangíveis, observáveis e específicas. Ele lida com fatos concretos e realidades visíveis.

Raciocínio Abstrato

O raciocínio abstrato lida com conceitos, ideias e princípios que podem não ser diretamente observáveis ou tangíveis. Envolve a manipulação de informações de maneira não concreta.

Em lógica matemática, ela envolve: Compreensão da organização lógica de conexões arbitrárias entre indivíduos, locais, itens ou eventos fictícios; derivação de novas relações fornecidas; e avaliação das condições usadas para estabelecer a estrutura dessas relações. Usamos a Análise combinatória e a Lógica Qualitativa para resolver esse tipo de questão.

— Análise combinatória

Ramo da Matemática que elabora métodos para lidar com problemas de contagem. Vamos examiná-los:

Princípio fundamental de contagem (PFC)

É o total de possibilidades de um evento ocorrer. Dentro dele temos:

– **Princípio multiplicativo:** $P_1 \cdot P_2 \cdot P_3 \cdot \dots \cdot P_n$. (princípio da “E”). É um conceito empregado em sequências de escolha, como em uma ordenação.

– **Princípio aditivo:** $P_1 + P_2 + P_3 + \dots + P_n$. (princípio do “OU”). É o conceito empregado quando podemos escolher uma opção ou outra.

Fatorial

Sendo n um número natural, define-se $n!$ (lê-se: n fatorial) da seguinte maneira:

$$n! = n(n-1)(n-2)(n-3) \dots \cdot 2 \cdot 1, \text{ como } n \geq 2.$$

$$\text{Exemplo: } 6! = 6 \cdot 5 \cdot 4 \cdot 3 \cdot 2 \cdot 1 = 720.$$

Atenção:

$$0! = 1$$

$$1! = 1$$

Tenha cuidado $2! = 2$, pois $2 \cdot 1 = 2$. E $3!$ não é igual a 3 , pois $3 \cdot 2 \cdot 1 = 6$.

Arranjo simples

Um arranjo simples de n elementos, tomados p a p (onde $n \geq 1$ e p é um número natural), consiste em todas as possíveis ordenações de p elementos escolhidos dentre os n elementos disponíveis. Cada arranjo é distinto tanto na ordem dos elementos selecionados quanto na natureza desses elementos.

Atenção: observe que no grupo dos elementos: $\{1,2,3\}$ um dos arranjos formados, com três elementos, 123 é DIFERENTE de 321 , e assim sucessivamente.

– **Sem repetição:** para cálculo de arranjo simples, usamos a seguinte fórmula:

$$A_{np} = \frac{n!}{(n-p)!}$$

Onde:

n = Quantidade total de elementos no conjunto.

P = Quantidade de elementos por arranjo

– **Com repetição:** os elementos que constituem o conjunto podem aparecer repetidas vezes em um agrupamento, o que significa que um mesmo elemento pode se repetir dentro de um agrupamento. A fórmula geral para o arranjo com repetição é expressa por:

$$A_{(n,p)} = n^p$$

Permutação

Refere-se à **REARRANJO** dos elementos de uma sequência, envolvendo o uso de todos os elementos.

– **Sem repetição:** tenha em mente que: Todas as questões de permutação simples podem ser resolvidas pelo princípio fundamental de contagem (PFC).

$$P_n = n!$$

– **Com repetição:** na permutação com elementos repetidos ocorrem permutações que não mudam o elemento, pois existe troca de elementos iguais. Por isso, o uso da fórmula é fundamental.

$$P_n^{(\alpha, \beta, \dots, \gamma)} = \frac{n!}{\alpha! \beta! \dots \gamma!}$$

– **Circular:** a permutação circular ocorre quando pessoas estão dispostas em formato circular ou em uma mesa de forma retangular, como um quadrado ou retângulo de 4 lugares. O uso da fórmula é necessário nesses casos, pois algumas permutações se repetem.

$$P_c = \frac{n!}{n} \text{ ou } (n - 1)!$$

Combinação

Combinação envolve a seleção de um grupo de elementos sem considerar a ordem dos elementos escolhidos.

– **Sem repetição:** dentre n elementos distintos, uma combinação simples de p elementos (onde n e p são números naturais) refere-se a qualquer agrupamento de p elementos distintos escolhidos entre os n elementos fornecidos, e esses agrupamentos se diferenciam uns dos outros pela natureza específica dos elementos selecionados. Fórmula:

$$C_{n,p} = \frac{n!}{p!(n-p)!}, \text{ com } n \geq p$$

Atenção: as questões que envolvem combinação estão relacionadas a duas coisas:

- Escolha de um grupo ou comissões.
- Escolha de grupo de elementos, sem ordem, ou seja, escolha de grupo de pessoas, coisas, objetos ou frutas.

– **Com repetição:** combinação com repetição é uma seleção de grupos, sem considerar a ordem, permitindo a escolha de elementos repetidos.

$$CRn, p = C_{n+p-1, p}$$

– **Lógica matemática qualitativa**

Aborda situações que envolvem a relação entre elementos, indivíduos e objetos fictícios, com base em informações fornecidas. Vamos agora detalhar o processo passo a passo:

01. Três homens, Luís, Carlos e Paulo, são casados com Lúcia, Patrícia e Maria, mas não sabemos quem é casado com quem. Eles trabalham com Engenharia, Advocacia e Medicina, mas também não sabemos quem faz o que. Com base nas dicas abaixo, tente descobrir o nome de cada marido, a profissão de cada um e o nome de suas esposas.

- a) O médico é casado com Maria.
- b) Paulo é advogado.
- c) Patrícia não é casada com Paulo.
- d) Carlos não é médico.

Vamos montar o passo a passo para que você possa compreender como chegar a conclusão da questão.

– **1º passo:** criaremos uma tabela para melhor visualização da resolução, dividindo as informações fornecidas no enunciado em três grupos: homens, esposas e profissões.

	Medicina	Engenharia	Advocacia	Lúcia	Patrícia	Maria
Carlos						
Luís						
Paulo						
Lúcia						
Patrícia						
Maria						

Também criamos abaixo do nome dos homens, o nome das esposas.

– **2º passo:** construir a tabela gabarito.

Essa tabela desempenha um papel importante, não apenas como um gabarito, mas também como uma ferramenta que ajuda a revelar informações que podem não ser óbvias na tabela principal. Elas se complementam, permitindo que você tire conclusões sobre grupos e elementos.

Homens	Profissões	Esposas
Carlos		
Luís		
Paulo		

– **3º passo:** agora, preencheremos nossa tabela com as informações mais evidentes do problema, aquelas que não deixam margem para dúvidas. No nosso exemplo:

O médico é casado com Maria: coloque um “S” na tabela principal na célula comum a “Médico” e “Maria” e um “N” nas outras células relacionadas a esse “S”.

	Medicina	Engenharia	Advocacia	Lúcia	Patrícia	Maria
Carlos						
Luís						
Paulo						
Lúcia	N					
Patrícia	N					
Maria	S	N	N			

Atenção: se o médico é casado com Maria, ele NÃO PODE ser casado com Lúcia e Patrícia, então colocamos “N” no cruzamento de Medicina e elas. E se Maria é casada com o médico, logo ela NÃO PODE ser casada com o engenheiro e nem com o advogado (logo colocamos “N” no cruzamento do nome de Maria com essas profissões).

– **Paulo é advogado:** vamos preencher as duas tabelas (tabela gabarito e tabela principal) agora.

– **Patrícia não é casada com Paulo:** vamos preencher com “N” na tabela principal

– **Carlos não é médico:** preenchamos com um “N” na tabela principal a célula comum a Carlos e “médico”.

RACIOCÍNIO LÓGICO

	Medicina	Engenharia	Advocacia	Lúcia	Patrícia	Maria
Carlos	N		N			
Luís	S	N	N			
Paulo	N	N	S		N	
Lúcia	N					
Patrícia	N					
Maria	S	N	N			

Notamos aqui que Luís então é o médico, pois foi a célula que ficou em branco. Podemos também completar a tabela gabarito. Novamente observamos uma célula vazia no cruzamento de Carlos com Engenharia. Marcamos um “S” nesta célula. E preenchemos sua tabela gabarito.

	Medicina	Engenharia	Advocacia	Lúcia	Patrícia	Maria
Carlos	N	S	N			
Luís	S	N	N			
Paulo	N	N	S		N	
Lúcia	N					
Patrícia	N					
Maria	S	N	N			

Homens	Profissões	Esposas
Carlos	Engenheiro	
Luís	Médico	
Paulo	Advogado	

– 4º passo: após as anotações feitas na tabela principal e na tabela gabarito, vamos procurar informações que levem a novas conclusões, que serão marcadas nessas tabelas.

Observe que Maria é esposa do médico, que descobrimos ser Luís, fato que poderia ser registrado na tabela-gabarito. Mas não vamos fazer agora, pois essa conclusão só foi facilmente encontrada porque o problema que está sendo analisado é muito simples. Vamos continuar o raciocínio e fazer as marcações mais tarde. Além disso, sabemos que Patrícia não é casada com Paulo. Como Paulo é o advogado, podemos concluir que Patrícia não é casada com o advogado.

	Medicina	Engenharia	Advocacia	Lúcia	Patrícia	Maria
Carlos	N	S	N			
Luís	S	N	N			
Paulo	N	N	S		N	
Lúcia	N					
Patrícia	N		N			
Maria	S	N	N			

Verificamos, na tabela anterior, que Patrícia deve ser casada com o engenheiro, e Lúcia deve ser casada com o advogado.

	Medicina	Engenharia	Advocacia	Lúcia	Patrícia	Maria
Carlos	N	S	N			
Luís	S	N	N			
Paulo	N	N	S		N	
Lúcia	N	N	S			
Patrícia	N	S	N			
Maria	S	N	N			

Concluimos, então, que Lúcia é casada com o advogado (que é Paulo), Patrícia é casada com o engenheiro (que é Carlos) e Maria é casada com o médico (que é Luís).

NOÇÕES GERAIS EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL (LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE VISCONDE DO RIO BRANCO E LEI COMPLEMENTAR Nº 036/2014 - DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DO SERVIDOR PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE VISCONDE DO RIO BRANCO E SUAS ALTERAÇÕES)

LEI ORGÂNICA MUNICIPAL

PREÂMBULO

Nós, representantes do povo Rio-branquense, empenhados em dar aos nossos municípios uma lei voltada para os anseios populares, reunidos em seu nome, elaboramos esta LEI ORGÂNICA MUNICIPAL que visa assegurar a todos vida mais digna, garanta a cidadania plena e justiça social, sendo a sua promulgação feita sob a proteção de Deus e a esperança de nosso povo.

TÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - O Município de Visconde do Rio Branco, pessoa jurídica de direito público interno, é unidade territorial que integra a organização político – administrativa, da Republica Federativa do Brasil, dotado de autonomia política, administrativa, financeira e legislativa nos termos assegurados pela Constituição do Estado, pela Constituição Federal e por esta Lei Orgânica.

Parágrafo Único – Todo Poder emana do povo, que o exerce por meio de seus representantes eleitos.

Art. 2º - O Território do Município poderá ser dividido em distritos, criados, organizados e suprimidos por Lei Municipal, observada a legislação estadual, a consulta plebiscitária e o disposto nesta Lei Orgânica.

Art. 3º - O Município de Visconde do Rio Branco, Estado de Minas Gerais, criado pela Lei Nº. 2995, de 18 de outubro de 1.882, situado na Zona da Mata Mineira, integra a divisão administrativa do Estado de Minas Gerais e possui, atualmente, as seguintes confrontações:

I – ao norte, limita-se com São Geraldo e Paula Cândido;

II- ao sul, limita-se com Guidoal e Ubá;

III- ao leste, limita-se com Guiricema e São Geraldo;

IV- ao oeste, limita-se com Divinésia e Ubá;

V – o prédio da Prefeitura Municipal, fica localizado na Praça 28 de Setembro, nº 317, Centro.

VI – o prédio da Câmara Municipal, Galeria do Eden Clube, 13, Praça 28 de Setembro, Centro.

Art. 4º - É considerado Hino Oficial do Município a valsa “Luar de Rio Branco” de autoria de Lourival Passos.

Art. 5º - O Patrimônio Público Municipal é formado por bens públicos municipais de qualquer natureza e espécie, de interesse da Administração do Município e da população.

§ 1º – O Município tem direito à participação no resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e de outros recursos minerais de seu território.

§ 2º - São bens públicos municipais todas as coisas corpóreas ou incorpóreas, móveis, imóveis e semoventes, créditos, valores, direitos, ações e outros que pertençam a qualquer título ao Município.

§ 3º - Os bens públicos são:

I – os de uso comum do povo: estradas, ruas, parques, praças e todos os logradouros públicos;

II – de uso especial: os do patrimônio administrativo, destinados ao uso da administração, os edifícios das repartições públicas, os terrenos, os equipamentos destinados ao serviço público, os veículos, matadouro e outras serventias da mesma espécie;

III – dominiais: aqueles sobre os quais o município exerce os direitos de propriedade, considerados como bens públicos disponíveis;

IV – trabalhos de informática desenvolvidos por seus funcionários ou por contratados;

V – todos os bancos de dados desenvolvidos por seus funcionários ou por contratados.

§ 4º - É obrigatório o cadastramento de todos os bens do município, dele constando a descrição, a identificação, o número do registro, órgão ao qual estão distribuídos, data da inclusão no patrimônio e seu valor na respectiva data.

§ 5º - Os estoques de material e coisas fungíveis utilizados nas repartições e nos serviços públicos municipais terão suas quantidades anotadas e a distribuição controlada pelos órgãos onde estão armazenados.

§ 6º - O Prefeito Municipal encaminhará à Câmara Municipal, noventa dias após o início e noventa dias antes do término do mandato, relação dos bens municipais, contendo os dados cadastrais referidos neste artigo e informação individualizada sobre o estado de conservação.

Art. 6º - São símbolos do Município o Brasão, a Bandeira e o Hino, representativos de sua Cultura e História.

Parágrafo Único – A árvore – símbolo de Visconde do Rio Branco é a Mangueira, por ser nativa no Município.

Art. 7º - São considerados feriados municipais os dias:

I – 13 de junho, data em que se comemora o dia de Santo Antônio;

II – 24 de junho, data em que se comemora o dia de São João Batista, Padroeiro da cidade;

III - 28 de setembro, data do aniversário da cidade.

IV – Dia de Corpus Christi (data móvel)

**TÍTULO II
DOS DIREITOS INDIVIDUAIS E COLETIVOS**

Art. 8º - O Município garantirá a imediata e plena efetividade dos direitos e garantias individuais e coletivos, mencionados na Constituição do Estado, bem como daqueles constantes dos contratos e convenções internacionais firmados pela República Federativa do Brasil.

Art. 9º - Ninguém será discriminado, prejudicado ou privilegiado em razão do nascimento, idade, etnia, raça, cor, sexo, orientação sexual, estado civil, trabalho rural ou urbano, religião, convicções políticas ou filosóficas, deficiência física ou mental, por ter cumprido pena, nem por qualquer particularidade ou condição social.

Art. 10 – O Município estabelecerá, em lei, dentro de seu âmbito de competência, sanções de natureza administrativa para quem descumprir o disposto no artigo anterior.

Art. 11 – O Município atuará em cooperação com a União e o Estado, visando coibir a exigência de atestado de esterilização e de teste de gravidez como condição para admissão ou permanência no trabalho.

**TÍTULO III
DA COMPETÊNCIA MUNICIPAL
CAPÍTULO I
DAS COMPETÊNCIAS DIVERSAS**

Art. 12 – Compete ao Município:

- I – Legislar sobre assuntos de interesse local;
- II – Suplementar a legislação federal e estadual no que lhe couber;
- III – Instituir e arrecadar tributos de sua competência, bem como aplicar as suas rendas, sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas e publicar balancetes nos prazos fixados em Lei;
- IV – Criar, organizar e suprimir distritos, observado o disposto nesta Lei Orgânica e na legislação estadual pertinente;
- V – Instituir a guarda municipal destinada à proteção de seus bens, serviços e instalações conforme dispuser a lei;
- VI – Organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, entre outros, os seguintes serviços:
 - a) transporte coletivo urbano e intermunicipal, que terá caráter essencial;
 - b) abastecimento de água e esgoto sanitário;
 - c) mercados, feiras e matadouros locais;
 - d) cemitério e serviços funerários;
 - e) iluminação pública;
 - f) limpeza pública, coleta domiciliar e destinação final do lixo;
 - g) incineração do lixo hospitalar
 - h) canalização de águas pluviais;
- VII – manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado programas de educação pré-escolar e ensino fundamental;
- VIII – prestar, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado serviços de atendimento à saúde da população, cuidando da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência;
- IX – prestar assistência nas emergências médico-hospitalares de pronto socorro, por seus próprios serviços e mediante convênio com instituição especializada;
- X – promover a proteção do Patrimônio histórico, cultural, artístico e paisagístico local, observada a legislação e ação fiscalizadora Federal e Estadual;
- XI – promover a cultura e a recreação;

XII – fomentar a produção agropecuária e demais atividades econômicas, inclusive a artesanal;

XIII – proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas;

XIV – realizar programas de apoio às práticas desportivas;

XV – realizar programas de alfabetização;

XVI – realizar atividades de defesa civil, inclusive a de combate a incêndios e prevenção de acidentes naturais em coordenação com a União e o Estado;

XVII – promover, no que lhe couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle de uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano;

XVIII – regulamentar o Plano Diretor;

XIX – preservar as florestas, a fauna e a flora;

XX – promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico;

XXI – estabelecer normas de edificação, de loteamento, de aruamento e de zoneamento urbano e rural, bem como as limitações urbanísticas convenientes à ordenação do seu território, observada a lei federal;

XXII – conceder e renovar licença para localização e funcionamento de estabelecimentos industriais, comerciais, prestadores de serviços e quaisquer outros;

XXIII – cassar a licença que houver concedido ao estabelecimento que se tornar prejudicial à saúde, à higiene, ao sossego à segurança ou aos bons costumes, fazendo cessar a atividade ou determinando o fechamento do estabelecimento;

XXIV – adquirir bens, inclusive mediante desapropriação;

XXV – regulamentar a utilização dos logradouros públicos e especialmente no perímetro urbano, determinar o itinerário e os pontos de parada dos transportes coletivos;

XXVI – fixar os locais de estabelecimento de táxis e demais veículos;

XXVII – conceder, permitir ou autorizar os serviços de transportes coletivo e de táxis, fixando as respectivas tarifas;

XXVIII – fixar e sinalizar as zonas de silêncio e de trânsito e tráfego em condições especiais;

XXIX – disciplinar os serviços de carga e descarga e fixar a tonelagem e altura máxima permitidas a veículos que circulem em vias públicas municipais;

XXX – tornar obrigatório a utilização de estação rodoviária;

XXXI – ordenar as atividades urbanas, fixando condições e horários para funcionamentos de estabelecimentos industriais, comerciais e de serviços, observadas as normas federais pertinentes;

XXXII – organizar e manter os serviços de fiscalização necessários ao exercício do seu poder de polícia administrativa;

XXXIII – impedir na forma da Lei, a circulação de animais soltos no perímetro urbano;

XXXIV – dispor sobre o depósito e venda de animais e mercadorias apreendidos em decorrência de transgressão da legislação municipal;

XXXV – dispor sobre registro, vacinação e captura de animais, com a finalidade precípua de erradicar as moléstias de que possam ser portadores ou transmissores;

XXXVI – assegurar a expedição de certidões requeridas às repartições administrativas municipais, para defesa de direitos e esclarecimento de situações estabelecendo os prazos de atendimento;

XXXVII – estabelecer e impor penalidades por infração de suas leis e regulamentos;

XXXVIII – executar obras de:

a) abertura, pavimentação e conservação de vias;

b) drenagem pluvial;

c) construção e conservação de estradas, parques, jardins e hortos florestais;

d) construção e conservação de estradas vicinais e secundárias;

e) edificação e conservação de prédios públicos municipais.

XXXIX – fixar tarifas de serviços públicos, inclusive dos serviços de táxis;

XL – sinalizar as vias públicas urbanas e rurais;

XLI – regulamentar a utilização de vias e logradouros públicos;

XLII – organizar o quadro e estabelecer o regime jurídico único dos serviços públicos;

XLIII – conceder licença para:

a) afixação de cartazes, letreiros, anúncios, faixas, emblemas e utilização de alto-falantes para fins de publicidade e propaganda;

b) exercício de comércio eventual ou ambulante;

c) realização de jogos, espetáculos e divertimentos públicos observadas as prescrições legais;

Parágrafo Único – As normas de loteamento e arruamento a que se refere o inciso XXI deste artigo deverão exigir reservas de áreas destinadas a:

a) zonas verdes e demais logradouros públicos;

b) vias de tráfego e de passagem de canalizações públicas, de esgotos e das águas pluviais nos fundos dos vales.

Art. 13 – Além das competências previstas no artigo anterior, o Município atuará em cooperação com a União e o Estado para o exercício das competências enumeradas no artigo 23 da Constituição Federal, desde que as condições sejam do interesse do Município.

CAPÍTULO II DAS VEDAÇÕES

Art. 14 – Ao Município é vedado:

I – estabelecer cultos religiosos ou igrejas, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público;

II – recusar fé aos documentos públicos;

III – criar distinção entre brasileiros ou preferências entre si;

IV – subvencionar ou auxiliar, de qualquer modo, com recursos pertinentes aos cofres públicos, quer pela imprensa, rádio, televisão, serviço de alto-falante ou qualquer outro meio de comunicação, propaganda político – partidária ou fins estranhos à administração;

V – manter a publicidade de atos, programas, obras, serviços e campanhas de órgãos públicos, que não tenham caráter educativo, informativo ou de orientação social, assim como a publicidade da qual constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos;

VI – outorgar isenções e anistias fiscais, ou permitir remissão de dívidas, sem interesse público justificado, sob pena de nulidade do ato;

VII – exigir ou aumentar tributos sem lei que o estabeleça;

VIII – instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontram em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida;

IX – estabelecer diferença tributária entre bens e serviços, de qualquer natureza, em razão de sua procedência ou destino;

X – cobrar tributos:

a) em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado;

b) no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou.

XI – instituir impostos sobre:

a) templos de qualquer culto;

b) patrimônio, renda ou serviços da União, do Estado e de outros municípios;

c) patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos atendidos os requisitos da Lei Federal;

d) livros, jornais, periódicos e o papel destinado a sua impressão;

Parágrafo Único – As vedações expressas nos incisos VII a XI serão regulamentadas em Lei Complementar Federal;

XII – pagar aluguel residencial ou construir casas ou, ainda, efetuar pagamento de ajuda de custo ou similar, seja a que título for, para Juiz de Direito, Promotor de Justiça, Delegado de Polícia, ou qualquer outra autoridade em exercício ou jurisdição nesta cidade ou comarca.

TÍTULO IV DO GOVERNO MUNICIPAL CAPÍTULO I DOS PODERES MUNICIPAIS

Art. 15 – O Governo Municipal é constituído pelos Poderes Legislativo e Executivo, independentes e harmônicos entre si.

Parágrafo Único – É vedada aos Poderes Municipais a delegação recíproca de atribuições.

CAPÍTULO II DO PODER LEGISLATIVO SEÇÃO I DA CÂMARA MUNICIPAL

Art. 16 – O Poder Legislativo é exercido pela Câmara Municipal, composta de Vereadores, eleitos para cada legislatura entre cidadãos, maiores de dezoito, no exercício dos direitos políticos, pelo voto direto e secreto.

Art. 17 – O número de vereadores será fixado pela Câmara Municipal, observados os limites estabelecidos na Constituição Federal.

Parágrafo único – Nos termos da letra “C”, do inciso IV do caput do Art. 29 da Constituição Federal, fica fixado o número de 9 (nove) vereadores para compor a Câmara Municipal de Visconde do Rio Branco.

I – O número de Vereadores será fixado, mediante promulgação do presidente da Câmara, da Proposta de Emenda à Lei Orgânica;

II – A Mesa da Câmara enviará ao Tribunal Regional Eleitoral, logo após sua publicação, cópia da Promulgação de que trata o inciso anterior;

III – O número de Vereadores poderá ser alterado, nos termos e limites previstos na Constituição Federal, para vigorar na Legislatura seguinte à sua fixação.

Art. 18 – Salvo disposição em contrário desta Lei Orgânica, as deliberações da Câmara Municipal e de suas comissões serão tomadas por maioria absoluta de votos.